

O reconhecimento jurídico da C. G. T.

Foi à assinatura presidencial, devendo ser publicado no *Diário do Governo*, o seguinte decreto, que reconhece oficialmente a existência de federações, uniões operárias e, por consequência, da Confederação Geral do Trabalho:

“O único diploma que regula a organização e funcionamento das associações de classe—modernamente designados sindicatos profissionais—é o decreto de 9 de Maio de 1891. Serviu de base ao referido decreto o artigo 282 do Código Penal, que autoriza o governo a estabelecer as condições em que essa organização pode ser feita.

No mesmo diploma—já um pouco antiquado e deficiente—não se faz referência a federações ou reuniões dos grêmios associados, encontrando-se, por isso, fora da lei estes organismos que hoje representam a feição preponderante da organização profissional e, aos quais é de toda a justiça reconhecer-se personalidade jurídica. Também se não faz referência alguma aos contratos colectivos de trabalho, naquela época quasi desconhecidos.

Constituindo, porém, tais contratos, no momento actual, um dos melhores meios dos sindicatos e federações cumprirem a sua finalidade; e, considerando que se devem simplificar, o mais possível, as formalidades para a constituição das federações e uniões dos sindicatos, visto serem formados por colectividades que têm já existência legal;

Hei por bem, sob proposta dos ministros de todas as repartições, decretar:

Artigo 1.º — As associações de classe ou sindicatos profissionais, constituídos legalmente, podem reunir-se em federações ou uniões, de harmonia com o que se estabelece nos artigos seguintes.

Art. 2.º — A constituição das federações ou uniões não depende da aprovação do Governo, mas simplesmente da apresentação de dois exemplares dos respectivos estatutos no ministério do Trabalho.

§ 1.º — Um desses exemplares será devolvido aos interessados no prazo de 15 dias com a nota do registo, sem o que as federações ou uniões não poderão funcionar.

§ 2.º — Havendo nos estatutos alguma disposição, ou omissão, contrária à lei, a sua devolução far-se-á no mesmo prazo para que se efectuem as necessárias emendas.

Art. 3.º — As federações ou uniões desde que estejam devidamente registadas, tem individualidade jurídica para todos os efeitos legais, designadamente para celebrar contratos colectivos de trabalho.

§ único. — Esta disposição é extensiva às associações de classe ou sindicatos profissionais.

Art. 4.º — O governo publicará o regulamento ou regulamentos que julgar necessários para o fiel cumprimento deste decreto.

Art. 5.º — Ficam revogadas as disposições em contrário.

Os ministros de todas as Repartições assim o tenham entendido e façam executar.

O reconhecimento dos organismos federativos do operariado foi uma reivindicação da extinta U. O. N., que nesse sentido fez várias reclamações. Não obteve, então, a U. O. N. satisfação dos seus desejos, e o operariado, desinteressando-se dessa reivindicação, houve por bem ir constituindo, à margem da lei, as suas uniões de sindicatos, as federações e a C. G. T., que funcionam, sem licenças governamentais, tomando tal força e incremento que, embora não reconhecidas, se impuseram como verdadeiros organismos representativos do operariado.

Os governos, as autoridades e o próprio parlamento têm aceitado como boas, com elas tratando, as co-

O inquérito de A BATALHA e as respostas do operariado

Continuam a afluír à nossa redacção, as respostas ao inquérito de *A Batalha*, sobre a crise de trabalho.

Congratulamo-nos com a rapidez dessas respostas e confiamos que todos os organismos operários imitarão os que já responderam, sendo rápidos, breves e concisos nas suas declarações.

Mais uma vez, repetimos as nossas perguntas, para elucidação dos interessados:

—Quais os melhoramentos locais e obras de utilidade pública que possam ser feitas nas várias localidades?

—Qual a forma mais conveniente para a execução desses trabalhos, sob o ponto de vista da economia, da segurança e da rapidez? Devem ser feitos por conta do Estado, do Município, empresa particular, empreitada e comandas de operários ou pelos próprios sindicatos?

Sindicatos, uniões locais, federações, e nas localidades onde não houver colectividades operárias, indivíduos interessados na solução da crise deverão, no mais curto espaço de tempo—o que não exclui ponderação e acerto—enviar-nos os seus informes.

A crise na indústria da tanoaria

A Federação dos Operários do Ramo de Tanoaria, foi o segundo organismo operário que se apressou a enviar-nos os seus dados para o nosso inquérito.

Eis a sua resposta:

«São cerca de 200.000 operários das mais diversas profissões que empregam o seu esforço, ou têm afinidades com a indústria de tanoaria. Tanoeiros, trabalhadores de armazéns de vinhos, mecânicos em madeira na indústria de tanoaria, formam a Federação Nacional dos Operários do Ramo de Tanoaria. Com estes trabalhadores tem afinidades de interesses os rurais de viticultura, garrafeiros, caixoteiros, engarrafadores, carapuceiros, carreiros, condutores de carroças, eschaffeurs, empregados de escritório, etc. Todos devem formar uma legião de 200.000 indivíduos.

Metade, isto é, 100.000 pessoas, luta com falta de trabalho.

Causas: baixa cambial, falta de tratados de comércio internacional, dificuldades levantadas pelo Banco Ultramarino nas transferências de dinheiro das colónias, etc.

Meios de debelar a crise:

Medidas de carácter geral:

a) Reclamar que o governo proceda com urgência à divisão dos tratados de comércio com os diversos países a fim de solicitar a colocação nos respectivos mercados dos produtos exportáveis, tais como vinhos, cortiças, conservas, lanifícios, etc.

b) Reclamar a completa remodelação a

missões das federações, das uniões e até da C. G. T., como se estes organismos não estivessem fora da lei.

A que vem agora este decreto? O *Rebate* de ontem, o dizia: vem salvaguardar a dignidade do Estado que se colocava num campo falso e atentatório do seu poder, quando tratava com esses organismos não reconhecidos pela lei.

O reconhecimento da C. G. T., é uma resultante da sua própria força. Isto confirma a eficácia do nosso critério de acção directa.

O decreto interessa mais ao Estado do que ao operariado. Entretanto, não podemos deixar de reconhecer que ele traduz um espírito mais progressivo dos governantes, digão de registo.

Chamamos, no entanto, a atenção do operariado para o § 2.º do art. 2.º do referido diploma que pretende que os estatutos dos aludidos organismos estejam em harmonia com a lei. Ora a lei que poderá regular esses estatutos é a de 9 de Maio de 1891, antiquada, eivada do espírito reaccionário da monarquia e inadaptável à época que decorre, tão diferente daquela em que foi elaborada. Aquele parágrafo do decreto atiração todo o espírito liberal do diploma que vai ser publicado no *Diário do Governo*. Uma palavra bastou para desvirtuar a intenção que o actual governo quiz pôr num diploma oficial.

Consta-nos que a lei de 9 de Maio vai ser actualizada. No próprio interesse do Estado essa lei deve ser actualizada e de resto não se compreendia que pudessem coexistir o diploma que vem de ser promulgado e a referida lei, dada a disparidade de critérios que ambos anima.

Ainda o art. 4.º do decreto indica

toda a legislação de carácter social, a fim de regular a aprendizagem, o trabalho das mulheres, bem como o rigoroso cumprimento do horário de trabalho, que deve ser extensivo a todas as profissões.

c) Reclamar facilidades de emigração.

d) Mobilização de capitais imóveis a fim de se construírem as 20.000 casas para operários que por todo o país vivem em promiscuidade revoltante, e desenvolvimento das indústrias de vida nacional, estradas, caminhos de ferro, irrigação, etc.

Trabalhos referentes à indústria de Tanoaria:

a) A exploração das matas florestais de Moçambique para desenvolvimento da indústria, e a montagem da indústria siderúrgica para os seus fornecimentos de ferro.

b) A proibição do vasilhame reimportado do armado, a fim de moralizar e assegurar o trabalho de 6500 operários tanoeiros, e remodelação da legislação referente a cascaria.

c) Plantio de matas de castanheiros no país a fim de abastecer a indústria.

d) Proibição mais rigorosa do fabrico de bebidas artificiais nas colónias, a fim de se colocarem em mais larga escala os vinhos puros naquelas regiões.

e) Mais amplas facilidades de exportação vinícola, e normalização imediata das transferências cambiais entre as colónias e metrópole.

f) Revogação do decreto de Junho p. p. que proibiu a exportação de vinhos continentais para a Madeira.

A necessidade duma ponte em Ois da Ribeira

De Ois da Ribeira, Agueda, onde não existe sindicato, nem qualquer colectividade operária, recebemos uma carta de Joaquim Tavares da Silva, em resposta ao nosso inquérito. A maioria da população dedica-se à agricultura, sendo escasas ou nenhuma as indústrias.

O melhoramento mais urgente a pôr em prática é uma ponte sobre o Agueda, que facilitaria o acesso ao apeadeiro de Cabanões da linha do Vale do Vouga. A 200 metros do local onde a ponte deve ser construída existe uma pedreira que fornecerá uma boa parte do material.

Como aquela localidade se encontra entre o Agueda e o Cestuma, apenas com uma saída para Espinhel. A construção da ponte ligaria aquela localidade aos seguintes povos e freguesias: Cabanões, Casal de Alvaro, Carinhão, Agueda, Mourisca Agriera, Trofa, Segadões, Fontinha, Requeixo e Travasso, e interessava ainda às freguesias de Fermentelos, Oda, Perreães, Giestra, Paradel, Piedade, Recordões e Espinhel.

que vão ser elaborados regulamentos, que condicionarão a aplicação do mesmo decreto. E' preciso que o operariado esteja atento à maneira como essa regulamentação vai ser feita, pois não é caso virgem os regulamentos desvirtuem o espírito de decretos e leis que trazem ao povo preciosas regalias.

Também o decreto se refere à existência de sindicatos, cuja acção pretende facilitar. E' importante esta citação dos sindicatos, cujo título não era admitido por lei que só reconhecia o título de associações de classe.

Enfim, apesar de tudo, o Estado reconheceu de direito o que há muito reconhecia de facto—a existência e a força do proletariado. E são os factos sociais, as posições conquistadas pela sua coesão e pela sua energia que ao proletariado importam, acima de tudo.

UM ACTO DESPÓTICO DO MINISTRO DA INSTRUÇÃO

Noticiaram os jornais da noite de ontem que o director da Escola Primária Superior «Ribeiro Sanches», de Vergílio Guerra Pedrosa fora mandado ouvir sobre uma entrevista publicada em *O Século* de 8 do corrente. Consta-nos que o referido professor se recusou a uma retratação pública que lhe era exigida pelo ministro sobre a mesma entrevista afirmando que, como cidadão, como português e ainda como republicano se achava no legítimo direito de apreciar os problemas da governação pública. Como essa entrevista se ocupa também das classes trabalhadoras e das vantagens que para elas resulta da existência das Escolas Primárias Superiores, prometemos voltar ao assunto, saudando desde já o professor Vergílio Pedrosa pela atitude que tomou e que define o seu carácter de educador.

A U. S. O. convidou para uma reunião, que se realizará na quinta-feira, a comissão dos pais dos alunos da E. P. S. e o professor sr. Guerra Pedrosa.

EM CABEÇO DE VIDE

Foram julgados e absolvidos 14 rurais, acusados desde 1920 dum delito que se provou não terem praticado

Conforme *A Batalha* noticiara, teve lugar na quinta-feira, dia 11 do corrente, na comarca de Fronteira, o julgamento de 14 trabalhadores rurais de Cabeço de Vide—dos quais 13 associados e confederados—acusados de, em 1920, por motivo da concorrência prejudicial que lhes era feita pelos trabalhadores da Beira, conhecidos pelos «ratinhos», terem exercido sobre estes ofensas corporais que produziram ferimentos com dez, vinte e trinta dias de doença e impossibilidade para o trabalho.

A's 11 horas desse dia começou o julgamento, encontrando-se o tribunal e immediatos completamente apinhados de trabalhadores e mais classe operária de Fronteira, Cabeço de Vide, Souzel, Alter do Chão, Camo, etc., e verificando-se também certo aparato bélico constituído por contingentes de infantaria e cavalaria da guarda republicana que expressamente foram de Alter do Chão.

Não obstante essa irritante e desnecessária presença, não se registou nenhum incidente desagradável, tendo-se mantido serena e ordeiramente toda a multidão trabalhadora, que ansiosamente acompanhava a marcha do julgamento do processo correcçãoal que tanto lhe interessava.

A serenidade de todos os acusados

A's 11 horas em ponto, depois de feita a chamada das 13 testemunhas presentes de acusação e das 46 de defesa, encontrando-se a presidir à audiência o juiz da comarca, dr. Francisco Nunes Correia, sendo representante do Ministério Público, o dr. Joaquim Dias Loução e na bancada de defesa os advogados do Conselho Jurídico da C. G. T. drs. Sobral de Campos e Campos Lima, e o advogado de Fronteira dr. José da Graça Pôrto, que defendia o acusado não sindicado, Rafael Loureiro, entrou-se na leitura dos autos, que decorreu fastidiosa, levando isso cerca de uma hora.

Nos seus bancos assentavam-se, mantendo-se tranquilos, sem arrogâncias nem humilhações, num natural à vontade, os 14 acusados, a maioria dos quais era de jovens camponeses, menores ao tempo em que os acontecimentos se produziram, cujos nomes passamos a indicar:

Francisco José Realinho, Joaquim de Sousa, Joaquim Azenha, João Maria Sardinheiro, António Motaco, Cândido Orvalho, Francisco Reguina, Rafael Loureiro, Rafael Niza, Francisco Madeira, António Orvalho, António José Maridinho, Joaquim Trigueiro e Joaquim da Silva.

Testemunhas de acusação que não acusam

Finda a leitura do processo e tendo dito cada um dos réus que nada desejava dizer sobre a culpa, entregando isso aos seus advogados, deduziram estes as respectivas defesas, negando todos os acusados o crime e alegando ainda dirimentes e atenuantes várias.

As testemunhas de acusação que passaram depois a ser ouvidas, não fazem a mais insignificante prova contra qualquer dos

réus, tendo mesmo a testemunha de acusação, Americo Ribeiro, sido uma esplêndida testemunha de defesa pelos elementos que levou ao tribunal e pela forma desassombrada como prestou os seus esclarecimentos.

O julgamento teve fases que muito interessaram, sendo, porém, certo, que esse interesse era, depois, quebrado por motivo dos depoimentos terem que ser escritos—visto tratar-se de processo correcçãoal—o que o tornou, também, muito mais longo.

A defesa prescindiu de quasi todas as testemunhas, sendo apenas ouvidas duas, por parte das camaradas sindicadas para provar o bom comportamento de todos esses 13 arguidos e duas ouvidas pelo defensor do arguido Loureiro.

Entrou-se seguidamente nos debates, tendo o delegado feito, a pós as saudações aos advogados da C. G. T., uma acusação frouxa, dizendo mesmo que «estava convencido de que os arguidos do encontrarem-se com os queixosos («ratinhos») teriam ido apenas com a intenção de parlamentar e não com o propósito de agredir», mas pedindo, no entanto, a condenação da maior parte.

Destroi-se a acusação e enaltecem-se as ideias avançadas

Seguiram-se, depois, os brilhantes discursos de defesa dos drs. Sobral de Campos e Campos Lima—feitos com elevação e calor e escutados com o máximo interesse pelo auditório, onde se encontravam também capitalistas, lavradores e várias pessoas gradadas da terra—tendo o primeiro destes advogados tratado principalmente o lado jurídico da questão, destruindo toda a prova (bem deficiente e precária) onde a acusação se baseava, e o segundo desenvolvendo com largueza e colorido literário o lado social da causa.

Finalmente o dr. Graça Pôrto fez a defesa do seu constituinte, solidarizando-se com a parte jurídica da defesa dos outros acusados, sendo, a seguir lavrada a sentença—o que demorou mais de duas horas!—e sendo absolvidos oito dos acusados e condenados a 45 dias de prisão os seis restantes, que saíram, porém, em liberdade por os advogados drs. Campos Lima e Sobral de Campos haverem apelado e os réus se encontrarem afluídos.

A sentença, não sendo em absoluto justa, não foi, porém, mal recebida, por se saber a mal vontade que havia contra os acusados, a atmosfera desagradável criada à sua roda e a severidade habitual do juiz que tem, segundo dizem—*a mão pesada*...

O juiz, no final, saiu dos advogados do Secretariado de Assistência Jurídica da C. G. T., Sobral de Campos e Campos Lima, cujo talento e correcção reconheceu e saíam, desejando que voltassem ali na defesa de causas em que melhor pudessem manifestar o seu valor e colher melhores resultados da sua inteligência e da sua oratória.

Eram 21 horas quando foi encerrada a audiência, que representa mais um triunfo da Organização Operária e que fundas impressões deixou na comarca de Fronteira.

A U. S. O. realiza hoje no Terreiro do Paço um comício contra a crise de trabalho e baixa de salários

Hoje, pelas 15 horas, realiza-se na praça do Comércio o comício público da U. S. O. contra a crise de trabalho e a baixa de salários.

E' o segundo comício que a U. S. O. promove a fim de que todos os trabalhadores se manifestem contra uma situação que, dia a dia, se vai agravando. As classes trabalhadoras não podem descurar estes dois aspectos da grave crise económica que se atravessa. Têm de preparar-se com energia, de congregar-se em torno dos seus sindicatos senão a crise que reduziu o proletariado a uma vida precária, pode conduzi-lo à mais dolorosas das misérias, à mais trágica das fomes.

A crise de trabalho obedece a um plano infernal, urdido maquiavêlicamente pelas forças vivas, com o objectivo de arrastar os trabalhadores para dias piores, mais sombrios, esmagando-os numa maior escravidão económica.

A crise de trabalho é inseparável da baixa de salários. Pretende-se que sejam os operários que sofram, na melhoria do câmbio, mais do que suportaram quando a partir da guerra ele se agravou.

A crise de trabalho é uma ameaça que já começou a realizar-se recaindo sobre milhares de trabalhadores que estão lutando com a miséria. A baixa de salários já originou o movimento de protesto em Guimarães e nalguns pontos do país; onde a organização sindical ainda não possui a força necessária, os industriais conseguiram os seus negregados fins.

E' possível que ainda haja quem imagine que os outros, os eternos lutadores, os eternos entusiastas, os eternos sacrificados, bastam para pôr termo a esta crise que avassala, de norte a sul, o proletariado. Erro crasso! Não há tenacidade, não há entusiasmo, não há sacrifício capaz de modificar a crise que se atravessa, se a classe operária não se interessar directamente na questão. Só a pressão colectiva e unânime das classes trabalhadoras pode pôr termo e pulverizar o plano urdido pelas «forças vivas».

O comício que hoje se realiza tem de ser uma manifestação de força da classe operária, deve constituir a afirmação de que está disposta a lutar para que as «forças vivas» recuem e deixem de executar o seu plano que já tanta miséria tem acarretado. Se o operariado não comparecer no comício de hoje pratica um crime contra o seu bem estar, contra a sua vida e de suas famílias. A indiferença é a miséria, é a morte.

Estará o operariado disposto a deixar-se morrer de fome e condenar a essa horrível situação suas famílias, auxiliando com a sua indiferença o plano de miséria e de morte que as «forças vivas» estão realizando? Se o não está, que o povo compareça, em massa, no comício.

Os liceus femininos

Publicou *A Batalha* uma notícia-comentário, intitulada: «As professoras dos liceus fazem uma reclamação justa mas mal formulada», na qual, entre outras coisas, se lia o seguinte:

Propuzeram as reclamantes que, para resolver a falta de lugares para as professoras ocuparem, se criassem, junto dos liceus masculinos, seções femininas, onde dessem ingresso raparigas e onde as aludidas professoras exerceriam o magistério.

Não está certo. E sem nos querermos mostrar mais competentes do que essas professoras em matéria pedagógica, lembramos que mais lógico, mais em harmonia com o espírito que anima o ensino moderno, seria reclamar-se para as professoras a liberdade de exercer nos liceus masculinos o seu magistério, desde que em concurso para tal mostrassem aptidões. E assim como entendemos que o professorado dos liceus deve ser indistintamente composto por homens ou senhoras comprovadamente habilitados, também entendemos que não deveria existir liceus, frequentados por ambos os sexos, como o indica a teoria da coeducação—embora, é claro, nesses liceus se mantivessem determinadas cadeiras que apenas à educação das senhoras interessam.

Embora esta questão não pareça ter muita importância, à primeira vista, a sua importância é bastante para dela nos ocuparmos neste jornal, que está dando aos assuntos de educação e instrução um lugar de destaque, o que nos mostra uma orientação inteligente.

Esta questão dos liceus femininos é importante, porque anda ligada a um dos aspectos mais interessantes da educação nacional: o da instrução dada e recebida pelas mulheres.

Confesso que não sei—e por isso acredito que seja como diz *A Batalha*—que a solução proposta pelas professoras vai contra o critério pedagógico que está sendo adoptado nos povos mais adiantados em matéria de instrução.

Se não estou em erro, as professoras agregadas pretendiam que se criasse outro liceu feminino e não sei se falaram nisto ao governo ou se desistiram dessa pretensão, ficando apenas na das seções femininas.

Nem uma nem outra pretensão têm razão de ser; e isto é tão evidente que não vale a pena a demonstração.

A *Batalha* tem razão quando diz que deveria haver apenas liceus, sem sexo a determiná-los. Mas há duas coisas a notar no que diz.

Em primeiro lugar, não me parece que seja isenta de discussão, a afirmação que faz de que o professorado dos liceus deva ser indistintamente composto por homens ou senhoras. A esse respeito, creio não haver grande utilidade pedagógica, antes pelo contrário, em que as senhoras sejam professoras dos liceus. Mas dizer porque, seria alongar demasiado este artigo, tanto mais que eu pretendo apenas dar impressões pessoais, pois não sou um pedagogo profissional, e tenho principalmente em vista provocar a manifestação das opiniões dos competentes.

A outra observação a fazer é acerca das últimas palavras da notícia: «embora, é claro, nesses liceus se mantivessem determinadas cadeiras que apenas à educação das senhoras interessam».

Não posso estar de acordo com essas palavras; aquele é claro, é para mim muito arrojado. Mas eu posso estar enganado e muito gostaria que um competente nos viesse dizer, a mim e à *Batalha*, o que se deve pensar sobre a questão.

O que eu cuido mais útil fazer-se, está indicado nas seguintes linhas, publicadas neste mesmo jornal em 25 de Julho do ano passado, num artigo com o título: «Para que servem os liceus femininos?»

Estes liceus não correspondem a necessidade alguma, sendo das escolas mais inúteis que há em Portugal. A sua inutilidade fica iniludivelmente demonstrada só do facto de os liceus masculinos poderem ser frequentados, em todas as classes, por meninas. Se assim é, para que serve então o liceu feminino? Há lá uma coisa que se chama labores e costura, mas estão esses trabalhos relegados para um plano inferior, que é exactamente como se não existissem ou pior ainda. A pobre coitada é ali olhada de tam alto pelas várias ciências e letras, que teria sido preferível não existir, para se evitar, pelo menos, que as alunas, em vez de se habituarem a respeitar o trabalho manual, se habituem a desdenhá-lo, julgando-se literárias e científicas e superiores, por isso, ao resto das moças.

A reforma Camoegas, a propósito da qual isto era escrito, transformava os liceus femininos em escolas técnicas. Eis a campanha a fazer. Mas que venham falar aqui os competentes, sobre o assunto, para todos aprendermos.

EMILIO COSTA

A educação moral na família

A responsabilidade dos pais

Antes do casamento. — A partir do casamento. — Durante a gravidez. — Em face da criança

2. — A seguir ao casamento

Para os futuros pais e mães bem sentirem a sua responsabilidade, é preciso unirem os bons sentimentos, a reflexão. E' pelo coração e pelo espírito que se tem a compreensão do dever, e é no coração e no espírito que se devem procurar as forças de o cumprir.

Porque se realizam casamentos? Como se realizam casamentos? Se se responder a estas perguntas com toda a sinceridade, ver-se-á, que, relativamente à primeira, a criança não constitui bastante o objectivo do casamento.

Realizam-se casamentos por acidente; há muitos flirts que acabam pelo fim solene na repartição competente; também há casamentos por inclinação, por amor; há-os para repor um erro ou uma falta; para ter uma casa, um lar, para deixar de estar só; para aproveitar uma boa ocasião, para realizar um bom partido, para fazer fortuna, para fazer um negócio.

Se se responder à segunda pergunta, como se realizam casamentos, vê-se que as circunstâncias do matrimónio, idade, fortuna, posição, saúde, são geralmente consideradas conforme as conveniências e os interesses dos cônjuges, e raramente tendo em vista o futuro físico, intelectual e moral das crianças que podem nascer.

O preconceito, a moda, o egoísmo, a necessidade, o instinto provocam os casamentos. As crianças veem como sobrecarga.

Deve-se afirmar que a razão do casamento, a razão profunda e sagrada, é a criança. São pois desgraçados, se não criminosos aqueles que se casam sem se importarem com uma posteridade provável que está nas leis da natureza.

Casai-vos, se assim o desejais. Mas que seja nas melhores condições possíveis, e com o nobre desejo, a nobre esperança de ter filhos.

Pensai, desde o começo da vossa união, na criança que pode vir, pensai nela com consciência, lealdade e amor, e teréis grande probabilidade de ser felizes, e de cumprir o vosso dever. Vivei uma vida regular, evitando todos os excessos, o jogo, o álcool, o trabalho excessivo. Gostai do lar que conquistastes; observai os preconceitos da higiene física e da higiene moral. Depois do trabalho, buscai o repouso, a paz, fugi da agitação, e vós, maridos, sede delicados e atenciosos para com as vossas mulheres, as vossas companheiras, que são mais fracas do que vós, evitai-lhes toda a fadiga, e, sendo possível, toda a contrariedade durante o período penoso em que, todos os meses, elas se sentem indispostas, nervosas ou enfraquecidas.

CONFERÊNCIAS

«A organização anarquista após a revolução»

O Centro Comunista Libertário do Porto promove, na sua sede, à rua de Entreprezinhos, 33, 1.º, pelas 21 horas de amanhã, uma conferência por João Vieira Alves, com o tema: «A organização anarquista após a Revolução».

«A maior vergonha de Lisboa»

Na sede da Associação de Classe de Empregados de Escritório, rua da Madalena, 225, 1.º, realiza-se hoje, pelas 21 horas mais uma conferência da série que a direcção daquela associação está promovendo. Será conferente o professor Emilio Costa que escolheu para a sua conferência o sugestivo tema «A maior vergonha de Lisboa».

«Anarquismo»

Sob este tema realiza-se na próxima quinta-feira, na Calçada do Combro, 38, A, 2.ª, uma conferência promovida pela Federação Anarquista da Região Central, E' conferente Manuel Joaquim de Sousa.

António Canha

Foi novamente transferido o seu julgamento

Já não se realizará amanhã, como estava anunciado, o julgamento do nosso camarada António Canha. A sua transferência, que se dá pela sexta vez, foi agora motivada por ter sido designado para o dia 15, decretado de luto nacional, em homenagem aos aviadores desaparecidos.

António Canha pede-nos para prevenir dessa transferência as suas testemunhas, a quem reitera o pedido, já tantas vezes feito, de não faltarem à próxima audiência.

TEATRO APOLO

HOJE: último domingo da bela peça

A CABANA DO PAI TOMÁS

MARCAM-SE DESDE JÁ BILHETES PARA ESTA SENSACIONAL ESTREIA

Hoje e amanhã A HORA DO AMOR no Teatro Nacional

DESEMPENHO EXPLÉNDIDO VALORIZANDO TODAS AS BELEZAS, DELICADEZAS E CURIOSIDADES DAS SITUAÇÕES

Um «complot» extremista

Inventado pela «Epoca» para favorecer o sr. Ferreira do Amaral

O sr. Ferreira do Amaral quer a viva força manter-se num cargo que lhe permite, com impunidade, dar expansão aos seus instintos anti-sociais. No seu desejo de ser, perpetuamente, commissario geral da policia, lança mão de todos os meios. Um deles, que logo lhe surgiu à mente, foi o de servir-se da «Epoca», jornal que sempre o tem apoiado e que ainda possui um redactor que é seu espírio. E a «Epoca» serviu-o logo, inventando ontem um estúpido complot extremista, sem pés nem cabeça. O jornal católico que não acredita na petição impingida aos leitores chega, a certa altura, a desmentir-se, afirmando que não há razão de maior para recar das organizações extremistas. Atraiçoa-se fingindo-lhe a boca para a verdade. Contudo não deixou de impingir um complot, sem dizer a que ele visa. Insinua, porém, que se pensa num movimento extremista chefiado por estrangeiros. Esse movimento, é claro, é um bluff destinado a assegurar, no governo civil, a situação do sr. Ferreira do Amaral.

Não, porém, o que não nos prestamos a bluff, nem tam pouco nascemos para assegurar no governo civil as alucinações perigosas dum homem, cuja irascibilidade mórbida está ao serviço do jornal mais odioso existente no país.

Bem sabemos que o sr. Ferreira do Amaral é um fantoche manejado pela «Epoca». Nós é que não estamos dispostos a sermos como o sr. Ferreira do Amaral, o fantoche da «Epoca». Aproveitando a ocasião, o mesmo jornal vai procurando lançar as feras os espanhóis que aqui se encontram, refugiados da ditadura militar de Rivera. O ódio de Afonso XIII, dos padres e dos frades tem aqui os seus sequeles. Como o boudismo clerical e militar de Espanha não pode estender as suas garras a este país, a «Epoca» procura indirectamente que o governo e as autoridades se transformem em instrumentos desse ódio. Se o cristianismo da «Epoca» não passasse da miséria mal-afetada do ódio mais rancoroso, outra seria a sua conduta. Devia ao menos lembrar-se que em Espanha estão refugiados muitos reaccionários, sem que ninguém os maltrate; que em Espanha se poderiam urdir conspirações contra as instituições que redundaram em autênticas incursões armadas pelo norte do país. Contra isso não protesta a «Epoca». Também não protestaria se viessem para Portugal refugiados de qualquer país onde a reacção fosse banida, conspirar contra ela.

Erico Braga, um dos nossos mais elegantes galãs, interpreta todas as noites em São Carlos um dos principais papeis na deliciosamente frívola MADAME FLIRT, dando a algumas cenas um certo resabão burlesco cheio de sagração.

PARTIDO COMUNISTA

Os castigados e os afastados

Nascimento Cunha fez publicar em varios jornais uma carta, declarando que se considerava absolutamente desligado do partido comunista por não querer submeter-se à suspensão até ao próximo congresso partidário, pena que lhe foi imposta pelo Comité Executivo.

Devemos notar que Nascimento Cunha foi um dos fundadores do partido comunista e um dos elementos que nele mais trabalhou.

José Rodrigues e António Nunes enviaram-nos cartas declarando-se desligados do partido, o primeiro por ter sido suspenso até ao próximo congresso e o último por solidariedade para com os dois.

MAIS

TRÊS MILHÕES DE ESCUDOS

vão ser distribuídos pela feliz Casa Travassos, rua da Palma, 43, onde será vendida a Sorte Grande da loteria do Natal. No dia 14 já foram vendidos os 300 contos.

TEATROS, MÚSICA E CINEMAS

Teatrinho Juvénia

E' hoje, domingo, que se realiza o primeiro espectáculo no Teatrinho Juvénia (rua das Escolas Gerais, 63, e travessa de Santa Helena) pelas 9 3/4 da noite. O segundo effectuar-se-á na próxima quinta-feira, e depois, sucessivamente às terças, quintas e sábados. Representa-se a peça em 3 actos «As Irmãs», de Gaston Dévère, encenada pelo distinto ensaiador Araújo Pereira.

Reclames

Hoje e amanhã, repete-se no Nacional a formosa comédia de Bourdet, «A Hora de Amor», a peça querida do publico.

—Hoje que, para mais, é domingo, quem quiser gozar um espectáculo, divertindo-se, a valer, vai ao Eden Teatro, ver o gracioso quadro novo «A Cova do Ladrão» que ampliou a deslumbrantissima magia «O Bolo Rei».

GRANDE PALPITE

para os 3.000 contos... no n.º 4638, aberto em cautela no quiosque do largo do Conde Barão!

Havaneza do Conde Barão

Números abertos em cautela: 4841, 4272 e 1566; grande palpite para os 3.000 contos!!

Revoltante!

O sr. Agatão Langa quiz apresentar na Câmara dos Deputados um projecto de lei que, a ser aprovado, concederia à viúva do cabo Pinto Correia uma pensão de sangue.

A Câmara, invocando a «lei-travão», nem sequer admitiu o referido projecto de lei.

Este procedimento dos srs. deputados, que têm sancionado as despesas mais imorais e inúteis que se pode conceber, não tem classificação.

Trata-se da viúva dum pobre cabo que foi arrastado à morte pelo aviador Sacadura Cabral—aviador que, segundo a opinião dos médicos que o examinaram, não estava em condições de voar.

Este desprezo pela miséria dos humildes e este espírito de economia, à última hora, revelado por quem tem desbaratado a doída dos dinheiros da nação, far-nos-lam rir, se não instalassem no lar da pobre viúva uma tragédia de que ela não foi culpada.

Quão tarde e em que odiosas condições chegou ao parlamento a moralidade e a economia!

Liberdade de reunião

A U. S. O. reclamou do chefe do governo a revogação duma lei reaccionária

A comissão administrativa da U. S. O. procurou ontem o presidente do ministério a fim de protestar contra as continuas proibições de reuniões, feitas pela policia, a pesar de previamente anunciadas na imprensa.

A comissão foi recebida pelo chefe do gabinete a quem formulou a reclamação da U. S. O. sobre a revogação, pura e simples, da lei de 26 de julho de 1893 que permite os abusos constantes que as autoridades têm cometido. O chefe do gabinete da presidência do ministério declarou à comissão que esse assunto seria tratado convenientemente, dando uma satisfação à reclamação feita.

Secção telegráfica

Federações

CONSTRUÇÃO CIVIL

Sindicato do Porto.—Recebemos vale de correio; recibo segue quando registarem expediente.

METALURGICA

S. U. Metalurgico do Covilhã.—Segue officio e expediente.

José Gonçalves.—E' favor virem hoje à sede. Assunto urgente.

LÊR AMANHÃ

NO

Suplemento literário de «A BATALHA»

A China, o país misterioso dos mil pagodes (com gravuras).

Carta ao escritor Manuel Ribeiro a propósito da sua última profissão de fé, por A. voz que clama no deserto.

A prostituição regulamentada, pelo dr. Arnaldo Brazão. O direito do «Habeas Corpus».

Ecos da semana—A arte, a vida e a sociedade, por F. C. A mulher e a sua beleza, através das raças e dos países (com gravuras).

Histórias dum vagabundo—Mãos de assassino, por Vasco da Fonseca.

O que todos devem saber... (com gravuras). Chico, Zecas & C.ª (com gravuras).

Recuo desastroso dos sindicatos comunistas alemães

Na conferência das uniões intituladas «Independentes», que diz, das organizações fundadas pelos comunistas como organizações competidoras, hostis aos sindicatos e que agora devem dissolver-se em virtude da tática da frente única, os delegados deram detalhes dignos de nota sobre o estado do movimento comunista. Nesta conferência declarou-se por exemplo, que no distrito de Berlim os comunistas já não possuem nenhuma organização nos sindicatos. Em Mansfeld, distrito mineiro e considerado como uma das fortalezas comunistas, o partido comunista passou de 13.000 membros que tinha o ano passado para 300 no dia de hoje. A União Comunista dos Operários Manuais passou de 100.000 para 10.000 aproximadamente.

Moral a deduzir: os comunistas agora são partidários da frente única porque a sua própria frente é insustentável, sendo os operários as pobres vítimas das suas experiências.

A «coquetterie», arte e as belas atitudes com que Lucília Simões, envolta em lindas «toilettes», interpreta a protagonista de MADAME FLIRT, comédia em que a acção decorre serena, com um desfecho, tal como o espectador o imagina, visto que nela o dialogo é tudo e a acção quasi nada, dá azo a que o publico a vitorie com calor em todos os finais de acto.

ABASTECIMENTOS

Armazens reguladores

Nos armazens reguladores do Commissariado dos Abastecimentos inicia-se amanhã uma nova baixa de preços, que incidirá nos seguintes géneros: chouriço de carne \$50 faninha \$10, feijão nacional \$20. Nos referidos estabelecimentos e no mercado da praça do Brasil encontram-se à venda ovos a \$760 a dúzia.

Sexta-feira: a peça russa original do escritor polaco A. Kampf, tradução de Nogueira de Brito

A GRANDE NOITE!

CASO GRAVE

Um operário morto pela Mutualidade?

Diz-nos Américo Ferreira e confirma Augusto Neto, morador na rua Senhora da Glória, 95, 2.ª, que no dia 6 do corrente foi vítima de um acidente no trabalho o operário Joaquim Amora, que trabalhava na oficina da Industrial Agrícola, da rua do Jardim do Tabaco, indo receber curativo à Mutualidade Portuguesa.

Ali puzeram-lhe no penso uma ligadura infectada, contra o que ele protestou, pretendendo opôr-se a isso. O enfermeiro objectou-lhe que a ligadura fôra esterilizada e ligou-o com ela.

Foi para casa disposto a ir queixar-se ao seu patrão, mas não teve tempo de o fazer, porque lhe sobreveio um tétano, provocado pelo estado da ligadura, segundo o declarou o médico de serviço no hospital de São José, onde o Joaquim Amora se foi tratar, e que o mandou recolher imediatamente ao hospital por o seu estado ser gravissimo.

Ontem, às 7 horas da manhã, faleceu no hospital do Rêgo, mercê do «carinho» com que a Mutualidade trata os sinistrados.

O Sindicato Unico Metalúrgico convida a classe a fazer-se representar no funeral do operário citado, que saí às 14 horas do hospital do Rêgo para o cemitério do Alto de São João.

Procurando os pais

Serafina Santos, exposta da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, onde deu entrada a 7 de Novembro de 1899, levando dois enxaivos, tendo nascido a 19 de Novembro do mesmo anno, pede a quem lhe possa dar alguma informação sobre os seus pais o faça para a rua dos Douradores, 222, 4.ª.

A questão dos eléctricos

O Tribunal da Relação de Lisboa, em sua sessão de ontem, decidiu, por accordo, dar provimento ao recurso de agravo interposto pela Câmara Municipal de Lisboa contra o sr. coronel Freiria, na qualidade de presidente nato da Comissão Arbitral de Tarifas, e revogar todos os despachos proferidos por esta entidade.

RECLAMAÇÕES DE CLASSES

Armadores do porto de Lisboa

Uma comissão delegada dos armadores de navios de Lisboa e Porto conferenciou ontem com o ministro interino da marinha sobre a forma como o governo tencionava resolver a questão do horário de trabalho a bordo. Os armadores não desejam reduzir salários, mas pretendem que o serviço do pessoal dos navios seja distribuído de maneira que não dê origem a uma crise de trabalho na classe. O dr. sr. José Domingues dos Santos prometeu considerar o assunto.

Operários dos fósforos de Lisboa e Porto

Uma comissão delegada do pessoal operário dos fósforos de Lisboa e Porto, procurou ontem o ministro das finanças, a fim de entregar um officio pedindo a sua intervenção, com respeito aos operários, no regime futuro que se seguirá ao monopólio prestes a findar. Os referidos operários desejam ver assegurados os seguintes pontos: que se lhes mantenham todos os direitos que actualmente lhes estão consignados e que estes não possam ser sofismados ou adulterados à vontade de quem explorar a industria; que sejam reformados todos os operários de ambos os sexos que pela inspecção medica sejam julgados incapazes de exercer a profissão. A comissão foi atendida pelo chefe do gabinete que declarou que os interesses dos operários dos fósforos ficariam assegurados pela proposta de lei que o ministro vai apresentar ao Parlamento.

Ferrovários do Estado

A comissão delegada da União Ferroviária do Porto voltou ontem a acompanhar os seus camaradas do Sul e Sueste, o ministro do Comércio a fim de tratar da redução legal de salário feita pela administração geral aos carregadores eventuais. Respondeu-lhe que a administração geral não tinha dinheiro mas que, no entanto, iria ver se poderia conseguir verba para o referido pessoal. A comissão tratou também da questão dos praticantes prometendo o ministro solucionar o assunto a seu contento.

Os delegados do pessoal ferroviário do Sul e Sueste e Minho e Douro também procuraram o presidente do ministério a quem apresentaram reclamações repetidas a respeito do pessoal despedido pela greve de 1923, a representação do pessoal na comissão encarregada da organização dos serviços ferroviários do Estado, o pagamento e restabelecimento das percentagens devidas ao pessoal do Minho e Douro, a manutenção das garantias dos assalariados com mais de três annos de serviço.

O chefe do governo mostrou desejos de atender as reclamações do pessoal.

Os mesmos delegados apresentaram as mesmas reclamações ao ministro do Comércio, que também mostrou interessar-se pelo assunto, iniciando desde logo com a comissão o estudo das reclamações.

DESPORTOS

A União Velocipédica Portuguesa comemora hoje o seu 25.º aniversário

A União Velocipédica Portuguesa, fundada em 14 de Dezembro de 1899, comemora hoje o seu 25.º aniversário. Só quem tem acompanhado a sua marcha poderá avaliar o que de tenacidade e carinho, representam aqueles 25 annos de existência.

A comemoração compreende sessão solene, às 15 horas, na Câmara Municipal, e banquete na Garrett. A sessão deve fazer-se representar varias ligas e federações desportivas, como a de Remo, a de Natação, a de Tiro, a de Esgrima, a de Futebol e a de Desportos Atléticos.

Effectuar-se-á a distribuição de prémios das provas ultimamente effectuadas pela União, as quais são: provas de 50 quilómetros, de selecção olimpica, de 100 quilómetros, taça «União», V Porto-Lisboa e o campeonato de Portugal em estrada; e de organização particular, a subida da Calçada da Glória e corrida de 100 quilómetros, em Cantanhede.

Desafios officiaes

Realizam-se hoje os seguintes desafios dos campeonatos da Associação de Football de Lisboa:

1.ªs categorias: Sporting contra Benfica no Campo Grande, às 15 horas; Império contra Caravelhinhos, às 13.

2.ªs categorias: Belenenses contra Vitória, em Pálvavia, às 13; Portugal contra Chelas, em Benfica, às 13.

3.ªs categorias: Sporting contra Benfica, no Estádio, às 13; Império contra Caravelhinhos, no Estádio, às 11; União contra Chelas, no Estádio, às 15.

4.ªs categorias: Portugal contra Chelas, em Benfica, às 11.

Promocão

1.ªs categorias: Hockey contra acidentais nas Laranjeiras, às 11; Fósforos contra Cruz Quebrada, às 13; Marvilense contra Bom Sucesso, às 15.

2.ªs categorias: Hockey contra Occidental, no Lumiar-A, às 15; Scénico contra Cruz Quebrada, no Parque-A, às 15.

Campeonato escolar

Grupo A—L. Pedro Nunes contra E Académica, na Estréla, às 13, 15.

1.ª divisão—Grupo B—A. Maria Pia contra L. Pedro Nunes, na Estréla, às 10, 45.

2.ª divisão—L. Gil Vicente contra E. Veiga Beirão, em São Vicente, às 9; Casa Pia contra E. Marquês de Pombal, na Estréla, às 9, 30.

3.ªs categorias: Ibérico contra Cruz Quebrada, no Parque-A, às 13; Occidental contra Bom Sucesso, no Lumiar-A, às 13; Hockey contra Campo de Ourique, em São Vicente, às 11.

4.ªs categorias: Occidental contra Campo de Ourique, no Lumiar-A, às 11; Ibérico contra Cruz Quebrada, no Parque-A, às 11.

COLISEU DOS RECREIOS

HOJE = 2 SENSACIONAIS ESPECTÁCULOS 2 = HOJE

GRANDE COMPANHIA DE CIRCO

A's 14,30 (2 e meia) A's 21 (9 da noite)

Grandiosa «matinée» Deslumbrante «soirée»

NOS 2 ESPECTÁCULOS BOUGLIONE com os seus 8 ferozes leões

O NÚMERO DE MAIOR SUCESSO

MACISTE detendo a marcha de 2 fogosos cavalos

NOVOS TRABALHOS NOVAS ATRACÇÕES

NOS ESPECTÁCULOS AOS DOMINGOS NÃO HÁ ENTRADAS DE FAVOR

A bilheteira da geral para o espectáculo da noite abre ás 4 horas da tarde

O melhor e mais elegante Café de Lisboa é o que está situado junto ao Coliseu

numerosos humens e ceias

Aberto das 5 horas da manhã até ás 2 da madrugada

A BATALHA nas províncias

Marinha Grande

A intolerância dum industrial

MARINHA GRANDE, 12.—A fábrica do sr. Guilherme Pereira tem continuado em laboração, sem que aos seus operários fosse imposta qualquer redução de salários.

A classe dos garrateiros para tornar mais suave a crise pretendia a divisão do trabalho. Esse senhor porém não quiz consentir em tal na sua fábrica, ameaçando de expulsão os operários que a divisão se mostrasse favorável, impedindo assim que a miséria em que a «chômage» lançou os garrateiros se torne mais suportável.

O mesmo industrial, aproveitando as dificuldades da classe, que lhe permitem substituir prontamente qualquer operário, não-quere que qualquer dos seus operários frequente a Associação, sob pena de ser despedido.

Alinda-se admite que ele mande na «sua» fábrica, mas que queira julgar os actos dos operários fora da fábrica isso é inadmissível—C.

Vila Franca de Xira

Inqualificável procedimento

VILA FRANCA DE XIRA, 11.—A Companhia das Lezírias de Samora Correia vem de cometer, por via do sr. Carlos Vinagre e do seu acólito Manuel Caldeira, mais uma das suas muitas proezas, que revoltou todas as consciências bem formadas.

Setenta trabalhadores rurais tinham sido contratados para irem desempenhar determinado trabalho para as lezírias daquela Companhia, em Samora, e nesse sentido para ali se dirigiram, acompanhados pelo seu capataz, o referido Caldeira. Uma vez ali, depois dos encargos que a viagem implicava, os 70 trabalhadores, foi negado o trabalho a 25, pretendendo não serem precisos os seus serviços. Informam-nos que o responsável destes despedimentos é o sr. Vinagre e conviente o capataz Caldeira.

Não se compreende terem sido contratados 70 homens para um trabalho e apenas aproveitados 45.

A que obedeceu semelhante escolha? Francamente, não sabemos. E pouco decente faltar-se assim a um compromisso, quando dessa falta grandes transformos se reservam aos trabalhadores.

Quando não fôsse por dignidade, pelo menos por intuição o gerente da Companhia de Lezírias devia conhecer esta verdadeira verdade.

Mas o seu procedimento diz-nos o contrário—C.

Cova da Piedade

O domínio do clericalismo

COVA DA PIEDADE, 12.—Tem havido nesta localidade no espaço de dois meses, bastantes solenidades religiosas não contando com outras realizadas em povoações perdidas, porque isto é quasi todos os dias nesta região, um centro de reacção que muito tem contribuído para o embrutecimento do povo que tam inconscientemente se deixa arrastar pelas mentirozas do clericalismo.

No dia oito do corrente, effectue-se na igreja desta localidade uma festa religiosa a uma santa de pedra oferecida pelo reaccionário Tomás Marques, a que acorreu infelizmente muito povo para ouvir as mentiras do padre Angelo Firmino da Silva—C.

Desaparecido

Em 7 do corrente mês desapareceu um rapaz de nome Alberto de Almeida Lopes, marítimo, supondo-se que teria embarcado no vapor «Sugoso» e que se teria afogado, pedindo a familia e varios amigos que quem saiba alguma coisa os informe.

José Ricardo é evolucionado todas as noites no Nacional, onde na HORA DE AMOR interpreta excelentemente a humana, humoristica, ingenua e simpatica figura do paternal e sábio «Belevalisse».

A «coquetterie», arte e as belas

